



IV – fomentar o turismo de bairro e o desenvolvimento econômico local;

V – promover a convivência comunitária e o fortalecimento da identidade cultural do Pedra 90.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser utilizados instrumentos de cooperação previstos na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 09 de janeiro de 2026.

ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 7.463 DE 09 DE JANEIRO DE 2026.

INSTITUI O DIA E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS A CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PERDAS E DESPERDÍCIO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT: Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cuiabá, o Dia da Conscientização sobre Perdas e Desperdício Alimentar, a ser celebrado anualmente em 29 de setembro, e incluído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 2º O Dia da Conscientização sobre Perdas e Desperdício Alimentar tem por objetivos:

I – promover campanhas educativas sobre consumo consciente, segurança alimentar e nutrição adequada, especialmente nas unidades escolares da rede municipal de ensino;

II – incentivar a adoção de práticas que reduzam as perdas e o desperdício de alimentos em toda a cadeia produtiva e de consumo, incluindo feiras, supermercados, restaurantes e residências;

III – fomentar parcerias entre o Poder Público, sociedade civil e iniciativa privada para a destinação de sobras e excedentes a organizações não governamentais, entidades beneficentes ou filantrópicas;

IV – estimular a valorização dos alimentos, contribuindo para a redução da fome, para a promoção da dignidade humana e para a sustentabilidade ambiental;

V – integrar as ações municipais às políticas nacionais e internacionais de combate ao desperdício alimentar, em especial à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), à Lei Federal nº 15.224/2025 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, notadamente o ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 09 de janeiro de 2026.

ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto

DECRETO Nº 11.705 DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD para o biênio 2025 - 2027.

O Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI, do art. 41, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 4.947 de 05 de janeiro de 2007, que criou a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência, o Fundo Municipal de Apoio à Pessoa com Deficiência e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO as disposições legislativas que promoveram alterações na Lei Complementar n.º 555, de 19 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO o disposto no processo administrativo SIGED n.º 173817/2025;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, para o biênio 2025 - 2027:

I - COMO REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial:

1. Titular: Andrico Moraes Xavier;
2. Suplente: Héli da Vilela de Oliveira.

b) Pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS:

1. Titular: Raphaela Fernanda da Silva de Melo de Paula;
2. Suplente: Jaqueline Rocha Seba.

c) Pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública – SEMOB. SEGP.

1. Titular: Juliana Domingues Garcia;

2. Suplente: Gislayne Sena de Amorim.

d) Pela Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento – SMPEO:

1. Titular: Priscila Munique Miranda Marques de Araújo;

2. Suplente: Evania de França Oliveira.

e) Pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras -SMInfra:

1. Titular: Frank Antônio da Silva;

2. Suplente: Marilene Magalhães de Oliveira Rodrigues.

f) Pela Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM:

1. Titular: Ulisses Lálío Pereira Barros;

2. Suplente: Ana Karla Ataíde Aires Costa Perdigão.

g) Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Agricultura – SDTA:

1. Titular: Ângela Lauriane Alves de Maria;

2. Suplente: Leandro Rodrigo Figueiredo de Oliveira.

h) Pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SME.CULT.ESP.

1. Titular: Claudiane Amorim da Cruz Branco;

2. Suplente: Elaine Aparecida Pereira Mattos.

3. Titular: Iranildes Maria Figueiredo Cunha;

4. Suplente: Leandro Henrique Preza Figueiró.

II - COMO REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) Pela Associação Mato-grossense dos Cegos - AMC (Representação :

1. Titular: Juarez de Almeida Albues;

2. Suplente: Kelman Paula de Almeida.

b) Pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Cuiabá:

1. Titular: Fabiola Agostinho;

2. Suplente: Roberta Fabrini Ribeiro.

c) Pela Associação Mato-grossense de Deficientes – AMDE:

1. Titular: Joselia Maria Paz de Almeida Tibaldi;

2. Suplente: Rozana Gomes do Nascimento da Silva.

d) Pela Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FDC/MT:

1. Titular: Mariley Auxiliadora de Jesus;

2. Suplente: Aparecida Corsina da Silva Nascimento.

e) Pela Associação dos Síndromes de Down – ASD/MT:

1. Titular: Leonardo Guimarães Zara;

2. Suplente: Suplente: Túlio Márcio Corrêa.

f) Pela Associação Pestalozzi de Cuiabá:

1. Titular: Nayla Alves de Oliveira;

2. Suplente: Helena Coelho de Souza.

g) Pelo Conselho Regional de Psicologia 18ª Região - CRP.

1. Titular: Jandira Socorro da Silva Andrade;

2. Suplente: João Henrique Magri Arantes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, Cuiabá, em 07 de janeiro de 2026.

ABÍLIO BRUNINI
Prefeito de Cuiabá

Secretarias

Secretaria Municipal de Economia

Gabinete

Portaria

PORTARIA SMEconomia Nº 028/2026

O **SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO**, da Secretaria Municipal de Economia, no uso de suas atribuições legais, consoante Lei Complementar nº 555/2025; por delegação de competência através da Portaria SMGE nº 004/2025, alterada pela Portaria SMGE nº 81/2025, com efeitos a partir de 15/01/2025.

Considerando a solicitação formulada nos autos do processo SIGED nº 0000.0.000697/2026.

Autenticar documento em <https://legislativo.camara.cuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360039003200360035003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.